



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Diretoria Administrativa
Departamento de Transporte e Manutenção

Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DETRA

Brasília-DF, 23 de março de 2022.

AO GAB/DA,

Senhor Diretor,

Trata-se de Despacho - NOVACAP/PRES/DA(82423014), o qual remete ao Ofício nº 1597/2022-GP do TCDF(82379371), que por sua vez encaminha a NOVACAP, por meio de cópia de inteiro teor do Despacho Singular nº 107/2022-MM, proferido pelo CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA, Relator do Processo nº 00600-00002318/2022-71-e.

O Despacho Singular nº 107/2022-MM, contém a seguinte parte dispositiva:

Ante o exposto, *ad referendum* do e. Plenário, e em harmonia com o Corpo Técnico, DECIDO:

- I. tomar conhecimento da Representação (peça 4) ofertada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTCDF), ante o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade consignados no art. 230 do RI/TCDF;
- II. determinar à Novacap e ao(a) pregoeiro(a) que paralise o certame no estágio em que se encontra, até manifestação ulterior desta Corte de Contas;
- III. determinar à Novacap, com fulcro no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, V, do RI/TCDF, que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhem circunstanciados esclarecimentos sobre o teor da peça exordial;
- IV. facultar à sociedade empresária Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda. a oportunidade de se manifestar nos autos acerca dos fatos constantes da Exordial, no prazo de 5 (cinco) dias;
- V. autorizar: a) a disponibilização de cópia da Representação e dessa decisão monocrática à Novacap e à empresa Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial Ltda. para subsidiar o atendimento dos itens III e IV retro;
- b) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao Representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);
- c) o retorno dos autos ao GCMM para fins de ratificação dessa decisão monocrática pelo e. Plenário.

I - DA REPRESENTAÇÃO

Recebido o processo, passamos a análise da peça vestibular do MPCDF, pedindo as vênias cabíveis, para valer-me do relatório do Despacho Singular, como síntese das arguições vestibulares, conforme abaixo transcrito:

"Cuidam os autos de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal - MPJTCDF, versando acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 027/2021-DECOMP/DA, levado a efeito pela Novacap, cujo objeto é a contratação de serviços de rastreamento e monitoramento com tecnologia de posicionamento (GPS), com disponibilização de software com acesso via web para acompanhamento e localização de veículos, máquinas e equipamentos de frota própria, locada e terceirizada da empresa, incluindo instalação, manutenção e retirada de módulos e sensores (peça 4).

O Representante aduz que o Edital não exige as características dos equipamentos, na medida em que o item 5.8 estabelece que, caso a especificação do objeto das propostas exibidas esteja incompleta, ela será reputada igual àquela exigida no instrumento convocatório (Anexo 2 da representação, p. 9). Além disso, reza o item 6.17.3 que é facultado ao pregoeiro exigir documentos que contenham as características dos equipamentos ofertados (Anexo 2 da representação, p. 11).

Alega que o item 1.1, do Anexo II, do TR (Anexo 1 da representação, p. 27), estabelece que o valor da mão de obra está inserido no valor estimado da locação, em regime de comodato, de Central de Monitoramento dotada de equipamentos e periféricos. Nessa toada, assevera que, além de tal inclusão ser potencial fonte de incertezas para os licitantes, a mistura de locação de equipamentos com disponibilização de mão de obra na projeção de custos revela-se indevida, na medida em que se correria o risco de, em eventual repactuação decorrente de aumento de salários ou benefícios, calcular-se tal reajuste sobre o valor total do item, e não somente sobre a parcela relativa à mão de obra. Aponta que o item 7.2, do TR, colaciona tabela com os custos estimados - unitário, unitário mensal e total anual (Anexo 1 da representação, p. 6). 33. Além disso, destaca que os itens 9, 10 e 11, relativos a instalações,

retiradas e reinstalações, referem-se ao quantitativo total estimado dos equipamentos, multiplicados por 12 (doze) meses, como se estivessem previstos novos eventos dessa natureza para a totalidade dos artigos a cada ciclo de 30 (trinta) dias. Desse modo, apesar de constar que tais procedimentos se darão “sob demanda”, revela-se indevido estimar o valor global considerando-se a realização de tais tarefas mensalmente para todos os equipamentos, o que acaba por inflar o valor total de referência, situação agravada pelo fato de o contrato ter previsão de vigência de 2 (dois) anos.

Declara também que a natureza das irregularidades apontadas se trata de vícios insanáveis, na medida em que, gerando reflexos sobre todos os atos subsequentes praticados na licitação, não podem ser convalidados, não restando alternativa, a não ser a completa anulação do certame.

Registrou, ainda, que, tendo em vista que ainda não foi homologada a licitação, não há que se falar em oportunizar o contraditório às licitantes nos autos a serem constituídos para albergar a presente representação.”

II - DO MÉRITO

2.1 DA FASE PRELIMINAR

Na fase de levantamento de informações constatou-se a necessidade de equipamentos com base nas informações de serviços prestados nos Contratos 504 e 537/2016 ASJUR/PRES, bem como no quantitativo da frota da Companhia, e nas informações de demandas constantes nos processos de contratação de veículos, máquinas e equipamentos de SEI n.ºs 00112-00015366/2020-03, 00112-00003223/2021-21 e 00112-00020149/2020-27.

Inicialmente não havia sido solicitada a inserção de mão de obra, a qual era vinculada ao Contrato 599/2016 ASJUR/PRES, e até então, permaneceria vinculada ao contrato de vigilância patrimonial, só vindo, após a elaboração e assinatura do Termo de Referência 1(54097734), de 25.10.2021, ser solicitada a vinculação de mão de obra ao Termo de Referência em questão, impondo a necessidade de reformulação do Termo de referência.

Os produtos e serviços objeto da contratação, **não constituem inovação tecnológica e nem são configurados como serviços de informática, haja vista, em que pese a contratação de 1(um) software e plataforma de rastreamento e monitoramento, estes itens representam menos de 1,3%(um vírgula três por cento) do total de itens contratados, sendo que o objeto é constituído em sua maioria absoluta por módulo rastreadores, sensores diversos, televisores e monitores, os quais são componentes eletrônicos e não de informática, além e móveis de escritório, assim, a contratação de software se apresenta de forma assessoria ao objeto principal do certame, que versa sobre módulo rastreadores, televisores, monitores, móveis e mão de obra para a Central de Monitoramento.**

O Termo de Referência foi elaborado seguindo rigorosamente as regras estabelecidas no Regulamento de Licitações da NOVACAP e na Lei 13.303/2016, sendo encaminhado a Diretoria Administrativa, a qual aprovou o Termo de Referência 15(72909708), conforme assinatura do Diretor Administrativo, constante no referido documento.

Posteriormente, o documento foi chancelado pelo Departamento de Compras(Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP - 72797023) e Diretoria Jurídica(Parecer SEI-GDF n.º 522/2021 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS - 73418505).

Neste sentido, temos que o Departamento de Transporte e Manutenção cumpriu com a missão que lhe foi atribuída, no intuito único de melhor atender ao interesse operacional da NOVACAP, e consequentemente, ao interesse público, buscando a otimização da frota e a redução de custos com locação de veículos, máquinas e equipamentos, mesmo não sendo sua obrigação regimental.

2.2 DOS APONTAMENTOS RELATIVOS AO EDITAL

Esclareço que o Edital não foi elaborado pelo Departamento de Transporte e Manutenção, logo, esse Departamento limitar-se-á a tratar de assuntos relativos ao Termo de Referência e a manifestações/despachos vinculadas ao DETRA/DA, cabendo os esclarecimentos relativos ao Edital ao Setor competente.

Ressalvamos apenas que, as especificações técnicas completas dos equipamentos e serviços que se pretende a contratação estão minuciosamente descritas nos Itens 8 e 9 do Termo de Referência, logo sendo o Termo de Referência peça integrante do Edital, cremos ser despendiosa a mera reprodução de vasta informação técnica já disponibilizada aos licitantes, no Termo de Referência.

2.3 DOS APONTAMENTOS RELATIVOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

A peça inicial aponta alguns itens do Termo de referência que merecem esclarecimentos, quais sejam:

2.3.1 - ITENS 20 À 22 - Alega que a projeção de custos da locação de equipamentos com disponibilização de mão de obra na projeção de custos é indevida, pois eventual repactuação poderá

ser calculado sobre o valor total do item.

A colocação se mostra excessiva, eis que o próprio Termo de Referência estabelece as possibilidades de repactuação, as quais estão descritas no Item 17.8 do TR, ora transcrito:

17.8 A repactuação do contrato será concedida, na forma prevista na Instrução Normativa n.º 05/2017 SEGES, desde que sejam precedidas de solicitações da contratada, acompanhada de demonstração analítica de alteração de custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e de novo acordo ou convenção coletiva de trabalho que fundamente a repactuação;

Questiono! Como poderá eventual repactuação impactar no valor de locação de equipamentos, como dito pelo Parquet de Contas. se no Termo de Referência o Item que versa sobre a repactuação faz remissão direta a forma prevista na Instrução Normativa n.º 05/2017 SEGES, a qual trata exclusivamente de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva?

A possibilidade aventada na pela inicial, de cálculo de aumento decorrente de salário ou benefícios impactar em serviços de locação é descabida, e reforçada pelo modelo de proposta constante no Anexo XI do Termo de Referência, onde se vislumbra a seguinte planilha:

PROPOSTA PARA MÃO DE OBRA				
VALOR MENSAL DOS CUSTOS ESTIMADOS COM MÃO-DE-OBRA				
CATEGORIA	QTDE. POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL TOTAL
	[a]	[b]	$[c] = [a] \times [b]$	$[d] = [c] \times 12$
OPERADOR DE MONITORAMENTO/RASTREAMENTO / COM FERISTA	20			
SUPERVISOR DE OPERADOR DE MONITORAMENTO/RASTREAMENTO	01			
SUBTOTAL				
SUBTOTAL				
VALOR GLOBAL MENSAL				
VALOR GLOBAL ANUAL				

Se existe no processo uma planilha específica para demonstração do custo isolado de mão de obra, é óbvio que em caso de eventual repactuação será utilizado como parâmetro os valores lançados no modelo de proposta comercial para mão de obra, não se confundindo em hipótese nenhuma com serviços de locação de Central de Monitoramento.

Cumpra lembrar que a proposta comercial apresentada no certame, relativa ao fornecimento de mão de obra, vincula a licitante ao seu cumprimento, logo, forçoso concluir que a proposta apresentada impossibilita a eventual confusão levantada pelo MPCDF, pois não se confunde com a proposta comercial de fornecimento de serviços de locação, a qual o próprio TR no Item 17.1.1, estabelece outro critério para eventuais reajustes, o qual, diga-se não se aplica a mão de obra.

2.3.2 - ITEM 23 - CITA QUE O ITEM 33.3 DO TR IMPEDE A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO, AO NÃO ACEITAR PREÇOS UNITÁRIOS CUJOS VALORES SEJAM SUPERIORES AOS ESTIMADOS EM PALNILHA ANEXA. —

A afirmação a nosso ver, se reveste de equívoco, eis que a proposta de valor unitário superior ao valor de referência lançado pela Administração induz a automática desclassificação da proposta.

Assim, a indicação de que valores unitários superiores ao de referência, adotado pela Administração, não serão aceitos, não visa criar critérios subjetivos como faz crer a peça inicial, mas tem o condão de esclarecer aos licitantes, que valores superiores aos cotados pela NOVACAP, serão rejeitados.

O posicionamento encontra respaldo na doutrina, conforme entendimento de Joel de Menezes Niebuhr, ao tratar da fixação de preço máximo na modalidade pregão, explica que:

“sem a fixação de valor máximo, a desclassificação da proposta só pode ocorrer se ficar demonstrado que o preço consignado nela é manifestamente superior ao praticado no mercado. Como, por vezes, isso

se torna difícil, é melhor já estipular o valor máximo no próprio edital, para que todos o conheçam antecipadamente." (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Pregão presencial e eletrônico*. 4. ed. Curitiba: Zenite Editora, 2006. p. 135.) **(grifos nossos)**.

Ademais, o item 33.3 do TR encontra guarida no disposto no artigo 56, inciso IV da Lei 13.303/2016, motivo pelo qual reforçamos que o disposto no Item 33.3 do TR não traz qualquer prejuízo ao Certame, limita a livre concorrência de propostas e não cria critérios subjetivos de análise de proposta, ao contrário, transparece ao licitante que os valores máximos aceitos por item para aquela concorrência, são os estipulados pela Administração.

2.3.4 - ITENS 24 À 31 QUESTIONA A METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ADOTADA PELA NOVACAP

As arguições vestibulares, com a devida vênia, não se apresentam condizentes com o objeto em sua totalidade, eis que foram desenvolvidas várias pesquisas junto ao portal Banco de Preços e Compras Net, sem se obter êxito quanto a processos paradigmas.

Pois bem, O Decreto Distrital n.º 39.453/2018 cita em seu artigo 4º que:

Art. 4º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe;

II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos;

III - pesquisa junto a fornecedores;

IV - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo. Parágrafo único. A opção pela utilização de outro parâmetro de pesquisa ou método para obtenção do valor de referência deverá ser descrita e justificada nos autos pelo gestor responsável.

Como informado, houve o exaurimento de tentativas de identificação de propostas de rastreamento que se adequassem a realidade operacional da Companhia, ou seja, que comportasse Central de Monitoramento, software, computadores, monitores diversos, interface de banco de dados, módulos rastreadores convencionais e com tecnologia híbrida (satelital e GSM), sensores para medição de produtividade por acionamento, e mão de obra para operação de Central de Monitoramento, ou seja, serviços que não estão inseridos nas ementas de Pregões citados pelo *Parquet* de contas.

Em que pese as ementas da Prefeitura de Saquerema e do IBAMA, constantes da peça vestibular tratem de rastreamento de veículos e máquinas, não consta a informação de necessidade de interface de sistema (SISDIO-NOVCAP e Plataforma de Monitoramento - software) indispensável para a realidade operacional da Companhia, e nem mesmo a montagem e configuração de Central de Monitoramento na empresa com mão de obra de Operadores de Rastreamento.

Ora, arguir que a NOVACAP não buscou atender ao determinado no Decreto 39.453/2018 é prova inconteste de desconhecimento dos autos do processo SEI 00112-00035302/2020-11, haja vista a existência não de uma pesquisa de mercado, mas de várias tentativas de pesquisa de mercado junto a empresas e fornecedores da área de rastreamento e monitoramento de frotas, conforme se observa dos documentos de SEI: 72495864, 72496298, 72496579, 72496786, 72496922, 72499079, 72507507, 72508146, 72508320, 72521720, 72521970, 72522035, 72522108, 72522195 e 72522566.

Comprova-se que foram enviadas mais de 160 (cento e sessenta) solicitações de pedido de cotação para empresas com atuação específica no ramo de rastreamento e monitoramento de frotas de todo o Brasil, o que demonstra que houve o completo exaurimento da possibilidade de formação de preço com base em pesquisa de mercado e junto a sítios especializados, o que está claramente justificado na Nota Técnica N.º 3/2021 - NOVACAP/PRES/DA/DETRA(72695496).

Outrossim, o Decreto n.º 39.453/2018, não veda a formação de preço de referência por meio de pesquisa de mercado, impondo a Administração que apenas fundamente e justifique a impossibilidade de fazê-lo por outros meios indicados no referido Decreto, conforme previsão contida no inciso IV do art. 4º do citado Decreto Distrital, logo, a pesquisa de mercado que originou o preço de referência do Certame, não está em desacordo com a legislação vigente, seja o Decreto Distrital n.º 39.453/2018, seja com o artigo 2º, § 3º e § 6º da Instrução Normativa n.º 3 de 20 de abril de 2017 - MPLOG, ou ainda com o disposto no inciso IV do 1º do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, não existindo reparos a proceder.

2.3.5 - ITENS 32 À 40 - ALEGA QUE A DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS TRAZ A EXPRESSÃO "DE ATÉ" O QUE GERA INCERTEZAS. QUE NÃO HÁ INDICAÇÃO DE VALOR DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, MAS APENAS ANUAL. QUE O CONTRATO PODERÁ TER VIGÊNCIA DE 4(QUATRO) ANOS DEVENDO CONSTAR CLÁUSULA DE MITIGAÇÃO DE VALOR DE LOCAÇÃO

Novamente as alegações exordiais não merecem prosperar, nota-se que, se o Termo de Referência e o Edital convocam os licitantes para certame no qual a contratação se dará sob demanda, não há que se falar em incertezas ao mercado, pois a própria convocação já leva a informação ao mercado "de que" a Administração pretende à aquisição e determinado produto ou serviço limitados a uma quantidade estabelecida no instrumento convocatório, a qual se dará sob demanda, podendo ou não atingir o quantitativo máximo previsto.

Neste sentido, consta do Termo de Referência (Item 2.1) a informação clara de que "O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação, **por demanda**," de determinados quantitativos, os quais estão descritos no Quadro existente no Item

2.2 do TR.

Nesse caso, a expressão “de até” tem o condão de expor de que acordo com a demanda, a Companhia poderá contratar até 1.000 módulos rastreadores externos, ou até 300(trezentos) sensores para acionamento de caçamba basculante, ou ainda, até 50(cinquenta) módulos rastreadores híbridos, para utilização em áreas de baixa ou nenhuma cobertura de sinal GSM.

Não há como surgir dúvidas quanto à impossibilidade de a expressão “de até” está limitada ao máximo previsto para cada item no Edital e no TR, assim, como a mera indicação de contratação sob demanda, já expor que nem todos os equipamentos previstos poderão vir a ser utilizados, isso em decorrência da alta rotatividade de veículos da frota terceirizada e locada, o que pode resultar em sazonalidades com maior ou menor número de equipamentos.

Ainda nesta linha, os valores de taxas de instalação e retirada, se dão por serviço executado, ou seja, só há cobrança em caso de execução do serviço mediante ordem de serviço da NOVACAP, emitida pelo Executor do Contrato, assim, a alegação de que o valor deste item de serviços deve ser revista, não procede, pois não haverá qualquer dispêndio de valores, senão em virtude de autorização dada por meio de Ordem de Serviço emitida pela Executor do Contrato.

Quanto ao valor do contrato, o Item 25.2.3 estabelece que o prazo de 24(vinte e quatro) meses aplica-se apenas a vigência temporal do Contrato, ao passo que os Itens 25.2.4 e 25.2.5, são cristalinos ao elencar que, para efeitos financeiros a vigência é de 12(doze) meses, situação que permite a Administração buscar a mitigação do valor do contrato a cada 12(doze) meses considerando a possibilidade de vigência por até 60(sessenta) meses.

Nesta linha, o prazo de vigência maior do contrato, não pode ser fator impeditivo para que a Administração use de negociação para minoração dos valores de locação, em tempo inferior ao término do contrato, motivando a inserção de Item que esclarecer aos licitantes que os efeitos financeiros do contrato são limitados a 12(doze) meses, podendo ser revistos ou objeto de negociação visando ao melhor interesse da Administração.

Contudo, caso seja necessário, o item deve ser redimensionado, haja vista o Jurídico não ter feito o apontamento em seu Parecer, e o item não ter sido objeto de impugnação.

2.3.6 - ITENS 41 À 47 ALEGA FALHAS NA ORÇAMENTAÇÃO, E EXISTÊNCIA DE ATOS PRATICADOS QUE NÃO PODEM SER CONVALIDADOS. APONTA O BAIXO NÚMERO DE PARTICIPANTES E ENTENDE QUE IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DE VÍCIOS

Nestes itens a peça exordial repisa argumentos anteriores e já esclarecidos.

Cita que a orçamentação teria sido elaborada de forma a desestimular a participação de possíveis interessados, sem indicar quais atos teriam esse condão, o que contradiz aos próprios argumentos lançados nos Itens de n.º 30.

Volto a frisar que os certames citados nos itens de n.º 26 e 28 da peça vestibular não guardam similaridade com o objeto do Pregão 027/2021- DECOMP/DA, pois não preveem a contratação de módulos rastreadores híbridos(satélite e GSM), de sensores de controle de produtividade, o que exige módulos de melhor tecnologia, para atuação em situações extremas(sol, chuva, poeira, temperatura excessiva), com montagem de Central de Monitoramento própria, com possibilidade de interface de sistemas(SISDIO x software - monitoramento) o que é essencial para a implantação do Sistema de Diário de Operações Eletrônico – SISDIO-e.

Outrossim, repito que a orçamentação como demonstrada, atendeu aos requisitos do Decreto Distrital n.º 39.453/2018, seja com o artigo 2º, § 3º e § 6º da Instrução Normativa n.º 3 de 20 de abril de 2017 – MPLOG, e ao inciso IV do 1º do art. 41 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, não existindo reparos a proceder.

Não se pode culpar a Companhia pelo baixo interesse de participantes, quando consta dos autos pesquisa de mercado enviada a dezenas de empresas do ramo de rastreamento e monitoramento, o que já indicava ao mercado o interesse dessa Companhia em promover possível contratação de serviços de rastreamento e monitoramento, assim, como o Edital foi devidamente publicado, dando assim ampla e irrestrita publicidade ao certame, o qual diga-se foi objeto de apenas um questionamento, situação que denota, com a devida vênia a clareza das informações lançadas no Edital, e que refutam naturalmente as obscuras argumentações de infringências ao direito, as quais reforço, deveriam ter sido expostas de forma clara e objetiva.

2.3.7 - ITENS 48 À 63 – REQUER MEDIDA CAUTELAR, INFORMA O ATUAL ESTÁGIO DO PROCESSO, QUE TERIA SIDO IGNORADO TESTE DE SOLUÇÃO. QUE O PROCESSO FOI SUSPENSO PELO PRESIDENTE DA COMPANHIA APÓS MATÉRIA JORNALÍSTICA. QUE O CERTAME ENCONTRA-SE EM FASE DE CONCLUSÃO, REVELANDO-SE URGENTE A AUTUAÇÃO DA CORTE DE CONTAS PARA PARALISAR O PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2021

Neste ponto específico a exordial cita atos administrativos do DECOMP/DA, Diretoria Jurídica e do DETRA/DA, de forma que nos limitaremos a manifestação sobre os pontos vinculados ao DETRA/DA, quais sejam, os descritos nos itens 51, 52, 53 e 54, pois a ausência de conhecimento sobre as demais áreas nos impede de tecermos qualquer esclarecimento.

No que tange aos atos praticados pelo DETRA/DA, esses estão ancorados nas informações do Termo de Referência e do Edital, muito embora o DETRA/DA, tenha informado a DA, por meio dos Despachos de SEI (75326707 e 75758291), o primeiro de 02.12.2021 e o segundo datado de 08.02.2021, não ter capacidade técnica para análise das propostas comerciais, e que apenas teria cedido a mão de obra como ajuda ao desenvolvimento do Termo de Referência à Diretoria responsável, no caso a DA, mas recebemos Despachos da DA(75902129 e 75656567), afirmando que a atribuição seria desse Departamento, motivando a análise da proposta.

Entretanto, analisando detidamente os autos, constatou-se um erro de interpretação, decorrente de Despacho enviado pela DA, logo após o DETRA/DA, restituir os autos aquela Diretoria para realização de teste de solução, conforme se observa na sequência de Despacho DETRA-1 (78445823), Despacho DA-2 (79124379), Despacho DETRA 3 (79366168).

Veja-se que de acordo com o Despacho DETRA-1 (78445823), foi solicitado a realização do teste de solução, logo, em seguida da DA restitui o processo por meio de Despacho da assessoria (Despacho DA-2 (79124379), mandando o DETRA/DA se manifestar sobre o tema novamente, contudo com outros termos no Despacho, o que induziu o Chefe do Departamento de Transporte a erro de interpretação, quando da análise dos documentos carreados aos autos, equivocando-se quanto a interpretação do disposto no Termo de referência, sendo na oportunidade verificado o item 14.15 do Termos e Referência, o qual diz que:

"14.15 Os serviços de instalação, manutenção, ajustes, retirada ou troca de módulos rastreadores se dará preferencialmente no Pátio de Departamento de Transporte e Manutenção-DETRA/DA, na Sede da NOVACAP, contudo, poderá ser realizado em qualquer localidade do Distrito Federal, principalmente nas ações de fiscalização e de TESTE DE EFICIÊNCIA dos módulos rastreadores, quando feito em campo, não podendo a licitante, CONTRATADA, criar ingerências sobre os locais definidos para execução dos serviços de campo".

Em hipótese alguma, o DETRA/DA, quis ignorar a realização do Teste de Funcionalidade, previsto no Item 8.26 do Termo de Referência, o qual sequer foi mencionado no Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DETRA(79366168), ou seja, ao interpretar equivocadamente o Item 14.15, o qual trata de teste de eficiência e cita que a "LICITANTE CONTRATADA" interpretou-se que o teste poderia ser realizado após a contratação, conforme redação grifada, induzindo o Departamento, a erro, quando informou que o teste poderia ser executado após a celebração do contrato.

A confusão decorrente do Despacho DA-2 (79124379), é inclusive constatada, quando se verifica que o DECOMP/DA, e atendimento a solicitação anterior do DETRA/DA(78445823) enviou a Carta 15/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (79489855), na qual convoca a licitante MULT SEGURANÇA Eletrônica e Patrimonial para realizar o teste de funcionalidade, em 07 de fevereiro de 2022, ou seja, 03(três) dias após o Despacho do Chefe do DETRA/DA(79366168), sugerindo a realização do teste.

Tal foi o entendimento que a parte final do Despacho mencionado cita que o teste de funcionalidade:

"(...) deve ser exigido apenas para a CONTRATADA e não nesta fase processual.

Muito embora tal fato, recomenda-se que o teste seja realizado antes do início da execução do contrato, para que todos os detalhes de cunho técnico operacional sejam ajustados, de forma a evitar eventual prejuízo à Administração." (grifos nossos)

Constata-se, que mesmo diante de equívoco de interpretação de item do edital, não se recomendou que o teste fosse ignorado, pelo contrário, sugeriu-se que "o teste fosse realizado antes do início da execução do contrato", sendo inverídica a afirmação de que esse Departamento sugeriu a não realização do teste de funcionalidade previsto no Termo de Referência.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, seguem os esclarecimentos desse Departamento de Transporte e Manutenção, indicando que quando da elaboração do Termo de Referência o fez dentro das normas legais, visando à contratação do melhor serviço de rastreamento e monitoramento de frotas possível, viabilizando o atendimento inclusive de outras demandas atinentes ao próprio TCDF, no que tange a otimização da frota e sistematização de custo produtivo e operacional, por meio de sistema de rastreamento dotado de sensores de produtividade diária.

Quanto ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DETRA(79366168), restou demonstrado que esse em momento algum recomendou a não realização do teste de solução, sendo o texto do Despacho fruto de interpretação equivocada, logo, não há objeção quanto a sua anulação para adequação textual, uma vez que não se ignorou a recomendação da área técnica como dito na peça vestibular.

Entretanto, considerando que cabe as Instâncias Superiores da Companhia a decisão pela suspensão ou anulação do Pregão 027/2021 DECOMP/DA, restam prestados os esclarecimentos competentes, ficando o Departamento de Transporte e Manutenção - DETRA/DA, a disposição para novos esclarecimentos.

Rodolpho Diego Tavares Moreira
Chefe do DETRA/DA



Documento assinado eletronicamente por RODOLPHO DIEGO TAVARES MOREIRA - Matr.0973373-6, Chefe do Departamento de Transporte e Manutenção, em 24/03/2022, às 19:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **82677484** código CRC= **6E0F3502**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2610

00600-00002627/2022-41

Doc. SEI/GDF 82677484